

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FIA -
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS -
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
GESTÃO DE NEGÓCIOS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios, mantida pela Fundação Instituto de Administração, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios, sob a orientação do Prof. Dr. Rodolfo Leandro de Faria Olivo

TÍTULO

O impacto da carga tributária nos negócios empresariais. A gestão tributária eficiente. Sua demonstração para acionistas, analistas de mercado, funcionários e demais stakeholders. O reflexo direto na distribuição de lucros e dividendos e no valor econômico (goodwill e/ou Valuation) das empresas.

Ronaldo Corrêa Martins

São Paulo 2022

Introdução – Contextualização – Justificativa – Objetivos

1 – INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre a carga tributária no mundo, tendo em vista o impacto no desenvolvimento econômico dos países e na vida dos cidadãos.

E a relevância da tributação restou materializada na ideia do G7 – Grupo das 7 maiores economias do Mundo, com a deliberação da criação de uma taxa mundial mínima das empresas.

A proposta foi de criar uma taxa mínima global de impostos de 15% sobre o lucro das maiores e mais lucrativas companhias do mundo, menor do que a definida pela OCDE que é de 21%. Além disso, foi apoiada a pauta que busca fazer com que multinacionais paguem impostos em seus países de atuação e não apenas nos países onde estão registradas.

Muito se discute no mundo corporativo, e até entre os cidadãos, a carga tributária no Mundo e, em especial, no Brasil. Para aqueles, as críticas ficam vinculadas aos aspectos endógenos que impactam a rentabilidade dos negócios, enquanto para estes, ficam vinculados ao custo (preços) dos produtos, principalmente os da cesta básica e os dos alimentos em geral.

Em determinados momentos as críticas se dirigem à problemática da carga tributária seja ela das empresas ou dos consumidores em geral, com a qualidade dos serviços públicos colocados à disposição da população em geral.

De qualquer forma, o tema tributação, tem impacto direto nos negócios empresariais e na vida dos cidadãos em geral, principalmente em países em desenvolvimento. Tanto que, atualmente, temos a Tributação em bases Universais – TUB (no Brasil pela nº 9.249/95), aliada à proposta da OCDE e do G7, pela fixação de uma tributação global mínima para as empresas.

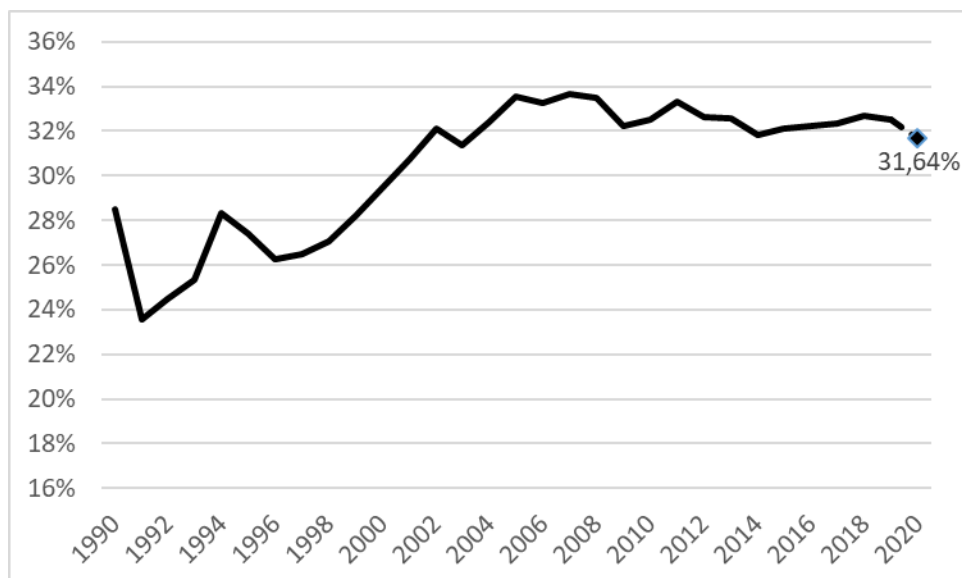
No Brasil, segundo dados do Ministério da Fazenda, a carga tributária está no nível aproximado de 31,64% do Produto Interno Brasileiro, em 2020.

Carga tributária no Brasil: 1990-2020

05/04/2021

A Receita Federal divulgou que a carga tributária bruta atingiu 32,52% do PIB no ano de 2019, uma pequena queda de 0,05 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. A STN também passou a divulgar a estimativa da carga tributária que possui diferenças mínimas em relação às informações da RFB, mas que é divulgada de forma mais tempestiva. Segundo a STN, a carga tributária bruta para o ano de 2020 foi de 31,64% do PIB, configurando, portanto, o segundo ano seguido de redução. Nesse último caso, a redução foi mais significativa.

Carga Tributária Bruta (% do PIB)



Principais variações da Carga Tributária (% do PIB)

Tributo	2018	2019	2020	Var. 19-18 (p.p.)	Var. 20-19 (p.p.)
Total da Receita Tributária	32,72%	32,52%	31,64%	-0,20	-0,87
- Tributos do Governo Federal	19,98%	19,71%	19,03%	-0,27	-0,69
Orçamento Fiscal	8,04%	8,22%	7,86%	0,19	-0,36
Orçamento Seguridade Social	11,45%	11,02%	10,72%	-0,43	-0,30
Demais	0,49%	0,46%	0,44%	-0,03	-0,02
- Tributos destinação para-fiscal	2,11%	2,09%	1,97%	-0,02	-0,12
- Tributos do Governo Estadual	8,47%	8,49%	8,53%	0,02	0,03
- Tributos do Governo Municipal	2,15%	2,22%	2,12%	0,07	-0,10

Observatório de Política Fiscal – FGV IBRE Instituto Brasileiro de Economia

Economistas e analistas classificam a carga tributária brasileira como altíssima, tendo em vista que não há efetividade na distribuição da renda, nem nos serviços fornecidos pelo Estado Brasileiro, para os cidadãos em geral.

Há, ainda, grande discussão sobre a desigualdade da tributação entre os vários setores da economia brasileira, sob argumento que a mesma deveria ser equalizada para eliminar desequilíbrios na formação dos preços. A Confederação Nacional da Indústria cobra tributação mais pesada sobre serviços. A CNI sustenta que hoje a carga da Indústria de transformação é de 46,2% do PIB, enquanto no setor de serviços a carga tributária é de 22,1%.

Para completar o quadro, o “Custo Brasil” ainda compromete a competitividade da indústria nacional. Um estudo realizado pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Fiesp aponta que os inúmeros processos burocráticos e a forte tributação reduzem os benefícios dos bens e serviços oferecidos no Brasil.

Segundo dados da pesquisa, a burocracia compromete a atratividade dos investimentos produtivos e provoca o crescimento da economia informal. O estudo se baseia no relatório Doing Business, do Banco Mundial, que ranqueia a facilidade em se fazer negócios em 183 países. No relatório deste ano, o Brasil ocupou a 130ª posição, atrás de países como Etiópia e Argentina.

Cria-se um impasse: a pesada carga tributária diminui o poder de consumo e a capacidade de investimento das empresas, desacelerando o crescimento do PIB.

Por outro lado, o governo não pode se dar ao luxo de baixar os impostos, visto que isso diminuiria os investimentos já insuficientes em serviços públicos essenciais e aumentaria a passos largos a dívida interna.



Fonte: Assina Brasil

2 – CONTEXTO

De todo modo, a dissertação não irá avaliar os aspectos macroeconômicos da tributação, mas, em particular, o impacto nos negócios empresariais, especificamente se as empresas têm uma **gestão tributária eficiente**, com indicadores da carga tributária sobre suas receitas, número de funcionários, patrimônio líquido, e, fundamentalmente, sobre o lucro.

A mensuração da carga tributária nos resultados das empresas, tem especial relevância na medida em que afeta, diretamente, a distribuição de lucros e o valor econômica das mesmas.

Não adentraremos sobre a metodologia de medição e impactos da carga tributária brasileira, no consumo ou nos investimentos, muito menos nas políticas públicas decorrentes da aplicação da arrecadação tributária.

Isto porque, no caso em estudo, é fundamental verificar se as empresas dispõem de políticas internas de gestão dos tributos em suas atividades operacionais, pesquisando se, das mesmas, não está sendo gerada a não-conformidade tributária.

Muitos sustentam que as empresas deveriam adotar o denominado “Compliance Tributário”, como instrumento de gestão.

Ademais, essa “ferramenta” gerencial é muito limitada, haja vista que procura analisar, tão somente, e simplesmente, a obrigação das empresas em recolher corretamente os tributos e promover a entrega de obrigações acessórias no sentido de facilitar o controle e recolhimento daqueles, pelo Poder Público.

3 – JUSTIFICATIVA

Gerir muitos tributos, acompanhar as mudanças da legislação em vários âmbitos, definir a correta incidência dos tributos de acordo com as operações do negócio, e estar em conformidade dentro desse universo tão complexo, são as dificuldades encontradas no dia a dia dos dirigentes, executivos e profissionais da área tributária, financeira e de estratégia das empresas.

Desses desafios surge a necessidade de uma gestão tributária eficiente e adequada, com mecanismos de controle e indicadores, visando permitir a análise e demonstração,

para os acionistas, sócios, empregados, investidores e demais stakeholders, dos impactos dos tributos nos negócios empresariais.

Pois, como cunhou Alfredo Augusto Becker, o Sistema Tributário Brasileiro é um verdadeiro “manicômio jurídico-tributário”.

A evidenciação, e sua efetiva demonstração nos resultados e controles internos, são fundamentais, na medida em que, ativos e passivos contingentes, devem constar das demonstrações contábeis, pois afetam a estrutura patrimonial das empresas, podendo comprometer sua longevidade; afetam a distribuição de lucros e dividendos, bem como o valor econômico (goodwill) das empresas. (Valuation).

Ou seja, além dos resultados obtidos com uma gestão tributária eficiente, verificamos que haverá uma mitigação de riscos financeiros e exposição patrimonial, na estrutura de capital das empresas.

Essa análise é corroborada por Chieregato, Renato Oliveira, Luís Martins de Souza, Ailton Fernando de Ariede, Marcia Sousa Nascimento in **Controle tributário para administradores e contadores**, Rio de Janeiro: Atlas, 2016. ISBN 9788597002782, ao adotar o conceito de gestão tributária, verbis:

Resumo:

A gestão tributária é encarregada de elaborar, estudar e controlar todas as obrigações tributárias da empresa em consonância com a Legislação Tributária, de forma a possibilitar ao empresário a análise da carga de tributos recolhidos pela empresa, e de estar rigorosamente em dia com as exigências do Estado. Apurar e recolher corretamente os impostos requer não só habilidade e conhecimento das práticas contábeis e fiscais, mas também, acima de tudo, o domínio das características fundamentais de cada imposto. Fato gerador, base de

cálculo, alíquota e competência aliadas a um bom planejamento tributário são dados que utilizados em conjunto por profissionais capacitados contribuir de forma positiva e econômica para a gestão empresarial, além de garantir a segurança contra futuras contingências passivas.

4 – OBJETIVOS

O estudo da gestão tributária eficiente, tem como objetivo avaliar se as empresas têm programas de conformidade tributária que possam medir o impacto da carga tributária nos resultados econômicos e financeiros, mediante a utilização de indicadores específicos e sua demonstração no Relatório da Administração, no Balanço Social, e na Demonstração do Valor Adicionado DVA.

5 – REFERENCIAL TEÓRICO

Como identificado, as empresas em geral não têm métricas específicas para medir o impacto da carga tributária nos seus negócios. Restringem-se, apenas, a avaliar os passivos contingentes, através da avaliação de riscos dos advogados, mas deixam de verificar a real carga tributária nos seus negócios, eventuais ativos contingentes, principalmente pela falta de procedimentos e indicadores.

Dessa forma, os trabalhos irão considerar e verificação da carga tributária efetiva da empresa, através da coleta de dados primários e secundários, utilização a metodologia

da pesquisa-ação, mediante análise dos dados contábeis relacionados a faturamento, número de empregados, valor do patrimônio líquido, lucro bruto e lucro líquido.

Além disso, adicionalmente, será verificado se a carga tributária efetiva deveria constar do Relatório da Administração, no Balanço Social e na Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instrumento contábil e societário que demonstra o valor gerado pelas empresas em geral.

Para atingir os objetivos acima delimitados, será utilizado o método de pesquisa-ação, na medida em que permitirá uma melhor compreensão do referencial teórico em razão da busca de uma solução para todas as organizações empresariais.

Segundo Macke, 2010, a pesquisa-ação, *“É uma estratégia de condução de pesquisa aplicada de natureza participativa. A pesquisa aplicada deve preocupar-se com a elaboração de diagnóstico, a identificação de problemas e a solução dos mesmos, exigindo conhecimentos, métodos, e técnicas que são bastantes diferentes dos recursos intelectuais mobilizados em pesquisa básica.”*

A pesquisa-ação pode ser definida como uma estratégia de condução de pesquisa qualitativa voltada para a busca de solução coletiva a determinada situação-problema, dentro de um processo de mudança planejada.

Esta estratégia contempla, simultaneamente, processos de pesquisa e de intervenção (ação), os quais emergem da participação efetiva dos atores envolvidos e do pesquisador.

Compreende as seguintes fases:

- a) Fase exploratória – quando é feito o diagnóstico para identificar os problemas, as capacidades de ação e de intervenção na organização;*

- b) *Fase de pesquisa aprofundada – quando é feita a coleta de dados;*
- c) *fase de ação – quando ocorre o planejamento e a execução das ações, levantadas a partir das discussões com as equipes participantes do projeto; e*
- d) *fase de avaliação - responsável pelo resgate do conhecimento obtido (feedback) e possível redirecionamento das ações.*

“Além disso, a pesquisa-ação não se propõe a resolver conflitos sociais profundos, isto é, aqueles cuja solução depende de ações de longo prazo. Geralmente, ela só procura resolver conflitos mais delimitados, com ações concretas de curto e médio prazos.” (Macke, 2010) (214)

“O mais importante na pesquisa-ação não se encontra uma solução ótima, como ocorre em outros métodos e em grande parte das atividades de intervenção profissional, mas conseguir o compromisso com a mudança a ser feita. Além disso, como já destacamos, existe uma meta bem maior do que o resultado prático da intervenção, que é a geração e a estruturação do conhecimento.” (Macke, 2010) (226)

5.2 – DADOS E CARACTERÍSTICAS EMPRESARIAIS ADICIONAIS A SEREM CONSIDERADOS NA DISSERTAÇÃO

- a) **O controlador e/ou sócio majoritário**
- b) **O Relatório da Administração**
- c) **Balço Social**
- d) **A DRE Social**
- e) **A DVA**
- f) **A DRE tributária**
- g) **A proteção dos minoritários**

6 – METODOLOGIA

Pouco se sabe sobre o tema, portanto, dessa forma, serão pesquisados e coletados, utilizando a metodologia da pesquisa-ação e demais regras das pesquisas qualitativas (CRESWELL, 2010), artigos, livros, e dados das demonstrações contábeis das empresas, bem como se os relatórios da Administração trazem os dados ou notas, para apresentar o impacto da carga tributária nos seus negócios, de forma a demonstrar para os sócios, acionistas, analistas e demais stakeholders, que a empresa tem uma gestão tributária eficiente da carga tributária, e que a mesma está totalmente alinhada com a destinação dos lucros e/ou distribuição de dividendos, não afetando a segurança financeira e patrimonial, e, também, que não afeta o valor de mercado das mesmas.

Portanto, de acordo com o referencial teórico, serão coletados dados documentais, dados estatísticos, e uma pesquisa adicional de campo com determinadas empresas, para coleta de dados sobre faturamento, número de empregados, patrimônio líquido, lucro bruto e lucro líquido

Além disso, adicionalmente, será verificado a proposição se a carga tributária efetiva e seus indicadores, deveriam constar do Relatório da Administração, no Balanço Social e na Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instrumento contábil e societário que demonstra o valor gerado pelas empresas em geral.

6.1 – DADOS INFORMATIVOS A SEREM COLETADOS E AVALIADOS

- a) Carga Tributária no Mundo**
- b) Dados da OCDE**
- c) Carga Tributária no Brasil**
- d) Dados da Receita Federal**
- e) Dados obtidos em pesquisa direta para empresas**

7- RESULTADOS DAS ANÁLISES, DAS MÉTRICAS E SOLUÇÕES A SEREM PROPOSTAS

Projetos de Conformidade Tributária costumam ser desafiadores e enfrentam muitos obstáculos para serem implementados, pois, para o seu sucesso, se faz necessário diretrizes claras e uma mudança na cultura empresarial. Não adianta ter programas bem definidos, se não houver uma gestão e monitoramento. Sem isso podemos ter uma perda de sua eficiência e em última instância, até inutilizá-los.

Os Programas de Conformidade Tributária, no Brasil, devem considerar os seguintes temas:

- a) Os crimes de Sonegação Fiscal
- b) A substância sobre a forma
- c) Os abusos de forma
- d) O propósito econômico
- e) A transparência tributária
- f) O Compliance Tributário

g) Planejamento Tributário

h) Evasão e elisão fiscal

ABSTRACT

Resumen

Em ingles e espanhol

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO

II – CONTEXTO

III – REFERENCIAL TEORICO

IV – DADOS E CARACTERÍSTICAS EMPRESARIAIS NO BRASIL

a) O controlador e/ou majoritário

h) O relatório da administração

i) Balanço Social

j) A DRE Social

k) A DVA

V - DADOS INFORMATIVOS

Carga Tributária no Mundo

DADOS DA OCDE

Carga Tributária no Brasil

Dados da Receita Federal

Dados das pesquisas de campo com empresas

VI – METODOLOGIA

As pesquisas serão realizadas em observância aos métodos qualitativos – paradigma interpretativista, procurando obter respostas para melhor entendimento da evidenciação e demonstração da carga tributária nas empresas, utilizando-se da coleta de dados com base nos elementos a seguir mencionados, levando em conta a veracidade deles, para comprovação do propósito da dissertação, e a viabilidade de seu estudo para os vários stakeholders.

a) Livros

b) Artigos profissionais

c) Artigos acadêmicos

d) Documental – Balanços, Relatórios da Administração

e) Dados estatísticos

f) Pesquisas de campo para cálculo dos indicadores e métricas

VII – RESULTADOS DAS ANÁLISES, MÉTRICAS E SOLUÇÕES

Projetos de Conformidade Tributária costumam ser desafiadores e enfrentam muitos obstáculos para serem implementados, pois para o seu sucesso se faz necessário diretrizes claras e uma mudança na cultura empresarial. Não adianta ter programas bem definidos, se não houver uma gestão e monitoramento. Sem isso podemos ter uma perda de sua eficiência e em última instância, até inutilizá-los.

Programas de Conformidade Tributária no Brasil

- a) Os crimes de Sonegação Fiscal
- b) A substância sobre a forma
- c) Os abusos de forma
- d) O propósito econômico
- e) A transparência tributária
- f) O Compliance Tributário
- g) Planejamento Tributário
- h) Evasão e elisão fiscal

VII – CONCLUSÃO

Bibliografia

Anexos – Apêndices

Bibliografia preliminar (foram utilizados: Portal EBSCO, GOOGLE ACADEMICO, SCIELLO, SPELL)

Chieregato, Renato Oliveira, Luís Martins de Souza, Ailton Fernando de Ariede, Marcia Sousa Nascimento. **Controle tributário para administradores e contadores**. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. ISBN 9788597002782.

Resumo:

A gestão tributária é encarregada de elaborar, estudar e controlar todas as obrigações tributárias da empresa em consonância com a Legislação Tributária, de forma a possibilitar ao empresário a análise da carga de tributos recolhidos pela empresa, e de estar rigorosamente em dia com as exigências do Estado. Apurar e recolher corretamente os impostos requer não só habilidade e conhecimento das práticas contábeis e fiscais, mas também, acima de tudo, o domínio das características fundamentais de cada imposto. Fato gerador, base de cálculo, alíquota e competência aliadas a um bom planejamento tributário são dados que utilizados em conjunto por profissionais capacitados contribuir de forma positiva e econômica para a gestão empresarial, além de garantir a segurança contra futuras contingências passivas. Esta obra apresenta os principais elementos que permitem apurar e pagar (ou recolher) de forma adequada os impostos das pessoas físicas e/ou jurídicas. Fonte de consulta para profissionais das áreas de Gestão, Controladoria, Administração, Finanças e Contabilidade, tanto nos níveis de assistentes e analistas, como nos de gerência e coordenação em geral. Fonte de consulta para estudantes e/ou profissionais recém-formados dos cursos de Contabilidade, Administração e Direito.

Crepaldi, Silvio Aparecido. **Planejamento tributário**. São Paulo: Saraiva, 2018. ISBN 9788553131563.

Resumo:

Com a eficiência cada vez maior da fiscalização e o aumento da concorrência, os gestores não podem mais tratar o recolhimento de impostos como assunto para o contador ou o advogado da empresa resolver na data de vencimento. Considerar o recolhimento de tributos como mero cumprimento de obrigações pode comprometer a segurança e a solidez da empresa no mercado, impactando diretamente em seus resultados. Planejamento tributário: teoria e prática mostram como fazer da gestão tributária uma ferramenta estratégica que se alinhe ao propósito da gestão organizacional, por meio da construção e execução de um plano tributário que busque antecipar ações futuras, prevendo os riscos e corrigindo-os para alcançar com excelência os resultados almejados. Esta 3ª edição traz um novo

capítulo sobre Regime de tributação do Simples Nacional - que trata da cobrança e fiscalização dos tributos aplicáveis a pequenas e microempresas -, incluindo as mudanças inseridas pela LC n. 155/2016 e as normas que passaram a vigorar em 2018. Obra essencial para estudantes e profissionais da área que desejam entender como analisar e extrair os benefícios oferecidos pela legislação tributária chegando a um saldo menor de tributos a pagar no fim do mês e, conseqüentemente, atingindo uma margem de lucro maior - cenário ideal para manter a competitividade da empresa no mercado.

Chaves, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. ISBN 9788597011876.

Resumo:

Este trabalho é fruto da experiência do autor, adquirida em vários anos de trabalho com auditoria, planejamento tributário e advocacia empresarial, de modo particular na área tributária, bem como nas participações constantes em seminários, conferências e encontros sobre assuntos tributários, tanto como palestrante ou ouvinte, sempre direcionados a um público eclético, formado por empresários, executivos, advogados, contadores, administradores e estudantes. Considerando que a carga tributária tem atingido patamares que inviabilizam as atividades empresariais, o planejamento tributário tornou-se necessidade indispensável para a continuação dos negócios. Neste livro, o autor enfrenta tema sempre atual e de importância prática inestimável, demonstrando não só um poder argumentativo adequado ao padrão vernacular e com fundamento nas lições dos melhores mestres, mas também ousadia, provocando questionamentos e reflexões, divergindo e criticando com segurança e coerência. Dividida em duas partes, a administrativa e a judicial, a obra tem como propósito fornecer informações objetivas sobre gestão tributária para empresas que queiram aumentar sua competitividade em um mercado cada vez mais exigente. Livro recomendado para profissionais que atuam na área tributária, especialmente advogados, tributaristas, contadores, administradores de empresas, economistas e assessores empresariais em gestão tributária. Leitura complementar para cursos de graduação em Direito e Ciências Contábeis e de pós-graduação na área de Gestão Tributária.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Arioaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **REVISTA CONTABILIDADE E FINANÇAS**, São Paulo: FEA/USP, v.1, n.37, jan./abr. 2005. a. 16. p. 7-23. ISSN 1519-7077.

Resumo:

A contabilidade, como veículo de informação, tem como um de seus grandes desafios colocar à disposição de seus usuários informações que retratem as relações das empresas com a sociedade. O Balanço Social, no todo, e a Demonstração do Valor Adicionado - DVA - como uma de suas vertentes, se apresentam como os instrumentos capazes de evidenciar tanto os aspectos econômicos, quanto os sociais, inovando o enfoque utilizado até então, e se constituindo nas mais ricas demonstrações para

aferição dessas relações. Dessa forma, o principal objetivo deste estudo foi a realização de uma pesquisa junto a 416 empresas, retiradas do cadastro mantido pela FIPECAFI para a edição anual de Melhores e Maiores da Revista EXAME. Nesta pesquisa, procurou-se avaliar o poder de aferição representado pela DVA no que concerne a informações sobre a formação de riqueza pelas empresas e sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a criá-la, como proprietários, sócios e acionistas, governo, financiadores externos e empregados. Ao final do estudo, tornou-se possível afirmar que os indicadores retirados da DVA se constituem num excelente avaliador da distribuição da riqueza, à disposição da sociedade, no entanto, sem nenhuma pretensão de substituir outros indicadores de riqueza já existentes, ou, até mesmo, rivalizar com eles.

Assaf Neto, Alexandre. **Valuation**. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. ISBN 9788597022742.

Resumo:

Os temas Valuation e criação de valor passaram a ter maior importância no Brasil principalmente após o período de privatizações de empresas e abertura econômica, ocorrido a partir da década de 1980. A globalização demonstrou na prática que as empresas devem apresentar capacidade de produzir valor econômico para atrair investimentos e para justificar sua existência econômica. Essa realidade trouxe novos parâmetros para a avaliação de empresas no Brasil, tornando o valor apurado mais confiável e próximo dos investidores. O principal objetivo deste livro é tratar as métricas de valor e valuation de forma moderna, crítica e utilizando técnicas e conceitos atuais. A obra contém 12 capítulos, que estão organizados em uma sequência lógica e ordenada dos assuntos. Os dois primeiros capítulos desenvolvem os fundamentos da Gestão Baseada em Valor e das medidas financeiras de avaliação de desempenho dos negócios. Os Capítulos 3, 4 e 5 abordam o custo de capital e a estrutura de capital, assuntos relevantes para a avaliação de empresas. Os Capítulos 6, 7 e 8 apresentam os conceitos, as formulações e as aplicações das principais medidas de valor econômico. As metodologias e técnicas de avaliação de empresas são tratadas nos Capítulos 9, 10, 11 e 12. Nos dois últimos, são desenvolvidos diversos casos ilustrativos de avaliação de empresas, abordando cada um deles uma situação relevante. Esta edição conta com acesso exclusivo a palestra on-line com o autor, na qual ele explica os principais pontos abordados no livro. Obra recomendada para analistas financeiros, consultores, gestores e profissionais de mercado que procuram se atualizar com os temas valuation e criação de valor. Leitura complementar para diversas disciplinas oferecidas em cursos de graduação em Economia, Administração e Contabilidade, e também para cursos de pós-graduação lato sensu - MBA.

Assaf Neto, Alexandre. **Estruturas e análise de balanços**. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. ISBN 9788597024852.

Resumo:

O estudo da estrutura de balanços e sua análise têm sofrido evolução conceitual e prática, no sentido de abranger esquemas de interpretação que não se limitem aos indicadores horizontais e verticais ou ao cálculo de índices tradicionais. Esta obra considera os principais avanços que ocorreram no instrumental de avaliação de empresas e busca atender a uma necessidade crescente de se obter uma visão ampla da matéria. O livro introduz técnicas mais aprimoradas de análise econômico-financeira, envolvendo estudos avançados sobre rentabilidade, formulações analíticas de desempenho, viabilidade econômica e financeira de um negócio, estrutura de liquidez e análise dinâmica do capital de giro. Destacam-se também o estudo da metodologia de apuração do valor econômico agregado - indicador do sucesso empresarial - e a metodologia de análise de bancos. Abordando a análise de balanços de empresas comerciais, industriais, serviços e bancos comerciais e múltiplos, a obra permite melhor compreensão da posição atual e das tendências futuras. Esta edição conta com acesso exclusivo à palestra on-line na qual o autor explica os principais pontos abordados no livro.

Relação entre Carga Tributária e Valor Adicionado

ID: 55472

Autoria: Cátia Gassen, Marivane Ely Ludwig, Andressa Michels.

Fonte: *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 9, n. 2, p. 39-48, Maio-Agosto, 2019. 10 página(s).

Palavras-chave: Benefícios Fiscais , Carga tributária , Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado evidencia os componentes capazes de gerar valor adicionado, bem como evidenciar a contribuição que a empresa traz para com a sociedade, uma vez que apresenta a fatia que vai para cada parte relacionada, inclusive a carga tributária. Este estudo objetiva avaliar qual a relação entre a carga tributária e o valor adicionado do setor cíclico e não cíclico das empresas listadas na BM&FBovespa. Para alcançar o objetivo do estudo, comparou-se a carga tributária média das empresas de maior e menor montante de valor adicionado. A pesquisa caracteriza-se como descritiva quanto aos objetivos, do tipo documental e de natureza quantitativa. A amostra desse estudo foi definida pelo critério não probabilístico intencional, envolvendo 88 empresas. Os dados foram coletados nas Demonstrações Contábeis e nos Relatórios de Administração. Os resultados apontaram que os incentivos fiscais exercem uma grande influência sobre a apuração da carga tributária, reduzindo a riqueza gerada distribuída ao governo. Outro aspecto observado é que há uma diferença expressiva na carga tributária comparando-se os dois setores, visto que o setor não cíclico apresenta menor incidência de tributos por serem itens de consumo de primeira necessidade, portando um custo menor.

A divulgação dos benefícios fiscais e a informação sobre possíveis economias tributárias

ID: 58972

Autoria: Roberta Cristina da Silva, Domingos Correia dos Santos, Maurício Rieger, Alexandre Gonzales.

Fonte: *Revista ENIAC Pesquisa*, v. 8, n. 1, p. 59-84, janeiro-junho, 2019. 26 página(s).

Palavras-chave: Adimplência , Benefício fiscal , Incentivos fiscais , Planejamento tributário

O presente artigo trata da divulgação dos benefícios fiscais. Merecedora de especial atenção por parte de gestores e administradores e geradora de impactos significantes nas empresas é a carga tributária. O benefício fiscal caracteriza-se como ferramenta lícita que promove, entre outras benesses, a economia tributária. Este estudo limita-se a tratar do Bônus de Adimplência Fiscal, que tem como premissa incentivar o contribuinte que quita seus tributos tempestivamente. Acerca deste benefício levanta-se como questão, a inexistência de divulgação por parte dos órgãos competentes ou que a mesma ocorra de maneira deficitária. Investigar se tal conceito ocorre é o objetivo desta pesquisa. A busca de tal resultado realizou-se mediante pesquisa descritiva explicativa ao investigar as relações existentes entre os aspectos abordados, por meio de questionário direcionado a empresários, contadores e profissionais atuantes na área financeira. Com um número satisfatório de respondentes e elevados percentuais acerca dos aspectos apresentados em relação ao tema objeto de pesquisa conclui-se que as hipóteses levantadas foram validadas quanto à insuficiência de divulgação. Tal insuficiência indica maior destaque, especificamente ao item delimitador do estudo em questão, o Bônus de Adimplência Fiscal.

Custo Tributário de Empresas Listadas na BM&FBovespa

ID: 42577

Autoria: Jefferson Pereira Andrade, Paulina Moreno Lúcio Souza, Wenner Glaucio Lopes Lucena.

Fonte: *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 6, n. 2, p. 54-67, Maio-Agosto, 2016. 14 página(s).

Palavras-chave: Custo de tributação , Valor adicionado e Setores econômicos

Os tributos são responsáveis pela manutenção do Estado que converte esses tributos em bens e serviços para a população, por outro lado esses tributos geram custos as empresas onerando os meios de produções e conseqüentemente encarecendo os produtos e serviços que chegam até o consumidor final. O presente trabalho tem por objetivo determinar o custo tributário de empresas de seis setores de atuação da BM&FBovespa e verificar se existem diferenças na carga tributária de empresas com maior e menor valor adicionado caracterizando o estudo como descritivo, bibliográfico e documental com abordagem quantitativa. Chegou-se à conclusão de que no período de tempo referente aos anos de

2009 até 2014 o setor de consumo cíclico e consumo não cíclico foi o que em média arcou com o maior custo tributário superando a o valor de R\$ 1.000.000, além disso, foi possível perceber diferenças nas cargas tributárias suportadas pelas empresas de menor e maior valor adicionado corroborando assim com o estudo de Konraht, Schafer e Ferreira (2014).

Análise da relação de dependência entre proxies de governança corporativa, planejamento tributário e retorno sobre ativos das empresas da BM&FBovespa

ID: 41591

Autoria: Samuel Potin, Vitor Corrêa da Silva, Donizete Reina, Alfredo Sarlo Neto.

Fonte: *Revista Organizações em Contexto*, v. 12, n. 23, p. 455-478, janeiro-junho, 2016. 24 página(s).

Palavras-chave: Análise de Correspondência (ANACOR) , Governança Corporativa , Planejamento Tributário (ETR) , Retorno Sobre Ativo (ROA)

As leis tributárias do Brasil são complexas, a carga tributária das empresas é considerada uma das mais altas dentre outros países e estudos apontam que os tributos influenciam nas tomadas de decisões das empresas, bem como que os stakeholders possuem interesse na diminuição de pagamentos em impostos e ampliação do valor da empresa. Este trabalho tem por objetivo analisar a relação de dependência entre os segmentos de governança corporativa da BM&FBovespa, o planejamento tributário e o retorno sobre ativo. A pesquisa é quantitativo-descritiva, sob a ótica de um estudo de relação de variáveis, e foi realizada por meio do uso da técnica multivariada de análise de correspondência (ANACOR). Adotou-se como proxies de teste: Planejamento Tributário; Segmentos de Governança Corporativa e Retorno sobre o Ativo ROA (Dados Com dinheiro). Como resultados destacam-se: existe relação entre planejamento tributário e retorno sobre ativo, empresas que praticam planejamento tributário agressivo se relacionam com ROA baixo, empresas que praticam planejamento tributário moderado se relacionam com ROA alto. Quanto à governança corporativa com planejamento tributário e retorno sobre o ativo, não foi possível descrever alguma relação.

Estudo sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA) – período de 2005 A 2007

ID: 38480

Autoria: João Eduardo Prudêncio Tinoco, Pérsio Belluomini Moraes, Ivan Ricardo Peleias, José Alberto Carvalho Santos Claro, Belmiro do Nascimento João.

Fonte: *Revista Ciências Administrativas*, v. 17, n. 1, p. 84-111, janeiro-abril, 2011. 28 página(s).

Palavras-chave: Carga tributária , DVA , Empresas brasileiras

Este artigo descreveu, identificou, mensurou e comparou, através da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a carga tributária de empresas brasileiras em dezenove setores de atividade econômica,

seguindo a classificação da revista Exame – Melhores e Maiores. Com base nas DVAs publicadas das duas empresas mais bem classificadas em dezoito setores de atividade pesquisados e de quatro empresas no setor de Bancos, no período de 2005 a 2007, identificou-se como se comporta a carga tributária em cada empresa, mensurada pelo critério contábil de vendas, por setores no aspecto geral, em relação à carga tributária medida no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa é documental e bibliográfica, em fontes primárias e secundárias. As demonstrações de valor adicionado e outros relatórios necessários foram obtidos no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), revistas, ou mesmo nos sítios das empresas que disponibilizam essas informações ao público em geral. Os resultados da pesquisa indicaram que a carga tributária média entre todas as empresas e setores pesquisados alcançou 37,77% em 2005; 38,18% em 2006 e 39,67% em 2007, situando-se em patamares superiores à carga tributária nacional, calculada e divulgada pelo IBGE, de 34,12% em 2005; 35,06% em 2006 e 36,08% em 2007. Em todo o período estudado, o governo foi quem ficou com a maior parcela do valor adicionado, referente aos impostos, taxas e contribuições, em todas as esferas. Os setores mais apenados pela carga tributária foram: Bens de consumo supérfluo, com carga ao redor de 70%; Telecomunicações, acima de 60%; enquanto os menos apenados foram: Serviços e Mineração, com taxas pouco superiores a 20%, na média do triênio

Teoria da tributação ótima: contribuições para a realidade brasileira

ID: 62123

Autoria: Camilla Fagner de Carvalho e Costa, Jeferson de Castro Vieira.

Fonte: *Revista de Administração Contemporânea*, v. 25, n. 2, p. 1-16, Março-Abril, 2021. 16 página(s).

Palavras-chave: gestão pública , política pública , reforma tributária , teoria da tributação ótima

Tipo de documento: Artigo (português)

Objetivos: este ensaio teórico tem como objetivo apresentar fundamentos clássicos e contemporâneos da teoria da tributação ótima (TTO) e problematizar sobre sua presença e possibilidades no debate da política tributária no Brasil. Contexto: tais objetivos se situam no contexto contemporâneo que discute reformas tributárias voltadas para uma gestão pública eficiente e, ao mesmo tempo, socialmente responsável. Métodos: levantado o estado do conhecimento da tributação ótima no Brasil, e a partir da abordagem da economia e do direito político, buscou-se identificar dados secundários sobre a distribuição tributária em países da Organization for Economic Cooperation and Development (OCDE) em análise relacional com dados do Brasil. Resultados: o texto chama atenção para o fato de que a TTO consegue trazer as questões sociais para discussão de políticas públicas de gestão tributária de forma estruturada, tendo como perspectiva a inclusão e a responsabilidade social, a partir da importância de um tratamento diferenciado dos agentes econômicos, físicos e jurídicos, suas necessidades e possibilidades. Conclusão: conclui-se que, a exemplo de outros países, a TTO está presente no debate brasileiro expressando como possível e necessário avançar em uma política tributária que responda às

necessidades de arrecadação pública articuladas e conciliadas ao bem-estar social por meio de uma gestão responsável, moderna e transparente.

O Efeito da Carga Tributária no Crescimento da Economia

ID: 50698

Autoria: Milton Henriques Carvalho Filho, Newton Paulo Bueno.

Fonte: *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 18, n. 3, p. 188-204, agosto, 2018. 17 página(s).

Palavras-chave: Carga Tributária , Crescimento Econômico , Gastos Públicos , Instituições

A literatura enfatiza as características institucionais de cada nação como fator explicativo do crescimento econômico. A tributação e a aplicação eficiente dos recursos públicos também afetam positivamente a vida dos cidadãos. O objetivo deste artigo é verificar o impacto dos tributos no crescimento econômico e os efeitos da sua eficiente aplicação. Também se propôs a verificar se inflação, gastos públicos, taxas de juros e as relacionadas à liberdade da iniciativa privada, direito a propriedade, corrupção e burocracia influenciam o desempenho das economias. A amostra foi composta por 219 países nos anos de 2000 a 2016. Os resultados sugerem que a carga tributária e a burocracia excessivas impactam negativamente nas economias e seus efeitos são reduzidos, no longo prazo, pela gestão eficiente do recurso público. Indicaram ainda, que os efeitos da propriedade, liberdade econômica e taxas de juros são positivos no crescimento e a qualidade de vida no longo prazo.

Reorganizações Societárias e Agressividade Tributária

ID: 59510

Autoria: Fábio Moraes da Costa, Radjalma Lucena Amorim Júnior.

Fonte: *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 8, n. 3, p. 5-22, Setembro-Dezembro, 2020. 18 página(s).

Palavras-chave: Agressividade tributária , Incorporações , Planejamento tributário

Objetivo: Verificar se as empresas que realizaram reorganizações societárias apresentam maior nível de agressividade fiscal, tanto em relação às empresas incorporadas quanto em relação aos efeitos da incorporação nas empresas incorporadoras. Fundamento: O planejamento tributário é uma forma estratégica de aumento de competitividade, de lucratividade e, muitas vezes, de viabilidade do negócio, sendo, por última consequência, uma forma de se obter recursos internamente. Desse modo, a redução de carga tributária oriunda desses instrumentos pode ser um propulsor potencial para a realização do negócio. Método: Realizou-se a investigação por meio de análise das companhias listadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3) que tiveram seu registro cancelado por incorporação e de suas respectivas

incorporadoras. Após a análise para identificação do modelo adequado, rodaram-se os dados em regressão em painel com duplo efeito fixo (firma e ano). Foram coletadas informações para o período entre 2005 e 2017, perfazendo o total de 5.251 observações para a maior amostra estudada. Para a mensuração da agressividade fiscal, utilizou-se a effective tax rate (ETR) em três dimensões: total, corrente e de longo prazo. Para empresas incorporadas, avaliou-se se o nível de agressividade no ano anterior ao da incorporação é diferente. Já para empresas incorporadoras, por meio de um design diff-in-diff, avaliou-se se há efeito sobre o nível de agressividade fiscal após a reorganização societária. Resultados: Em relação às incorporadoras, de maneira geral, os resultados indicam que não há efeito na taxa efetiva de tributos, quando comparadas ao grupo de controle. Já em relação às empresas incorporadas, foi possível identificar que a taxa efetiva de tributos corrente é menor no ano anterior ao do evento de reorganização societária. Contribuições: Os resultados sobre a agressividade fiscal para incorporadoras podem contribuir para a adequada compreensão de como planejamentos fiscais agressivos estão relacionados às operações de reorganização societária. Estudos futuros podem buscar comprovação se o perfil agressivo de uma empresa alvo de reorganização pode ser um dos motivos para o negócio acontecer.

Gestão de Tributos e Governança Corporativa no setor de petróleo: o caso da Petrobras

ID: 34822

Autoria: Hélder Uzeda, Augusto de Oliveira Monteiro.

Fonte: *Revista Gestão & Planejamento*, v. 15, n. 3, p. 466-486, setembro-dezembro, 2014. 21 página(s).

Palavras-chave: Gestão de tributos , Governança corporativa , Petrobras , Processos

O objetivo desta pesquisa é analisar um bem-sucedido processo de modernização da administração tributária, amparado nos conceitos da governança corporativa e da gestão de processos. Para tanto, é realizado um estudo de caso da estruturação da administração tributária da Petrobras, sendo essa empresa escolhida por se tratar da maior contribuinte de tributos do Brasil. A realização desta pesquisa compreendeu a análise documental de relatórios e balanços da companhia estudada, a observação direta in loco e a realização de entrevistas com dirigentes e colaboradores da empresa. A pesquisa permitiu constatar o êxito e os ganhos de eficiência do processo de modernização da gestão tributária, assim como a sua crescente articulação à governança corporativa da companhia.

Pesquisa Empírica em Contabilidade Tributária: um Panorama das Pesquisas Tributárias no Brasil

ID: 42574

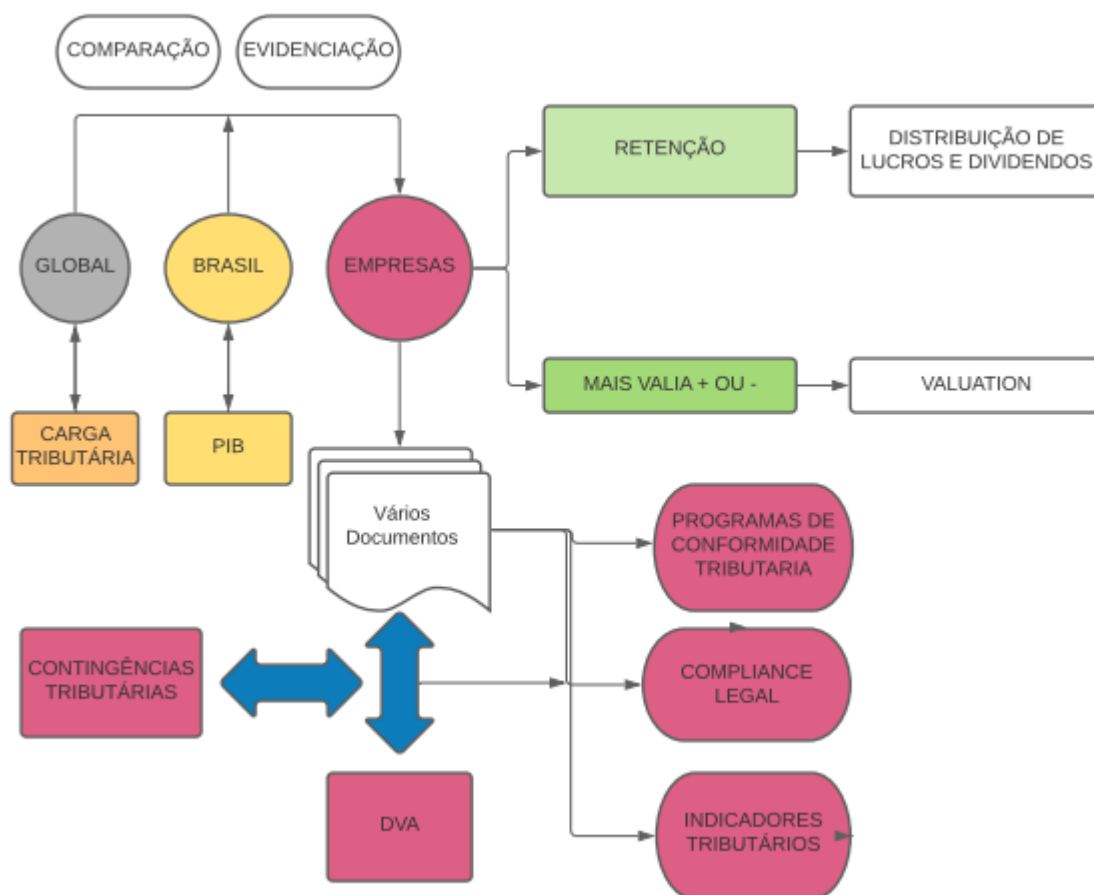
Autoria: André Folster, Taise Peres da Silveira, Luiz Felipe Ferreira, Rogério João Lunkes.

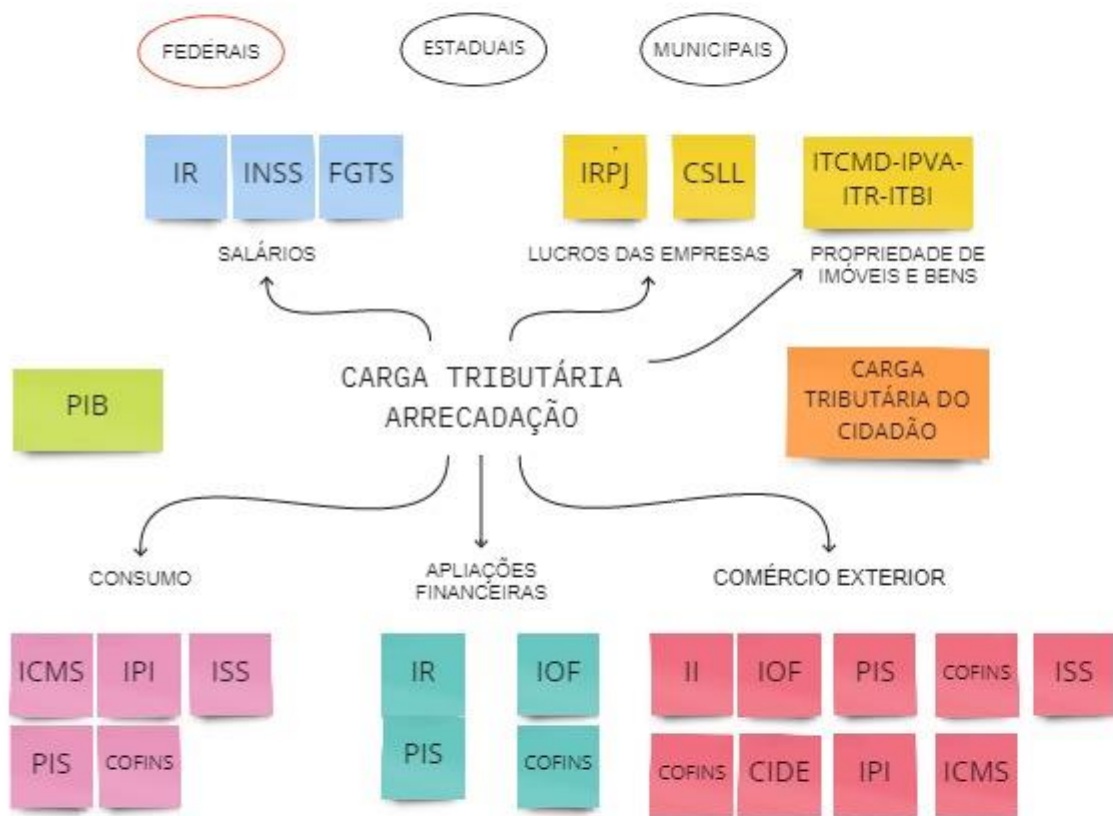
Fonte: *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 6, n. 2, p. 1-16, Maio-Agosto, 2016. 16 página(s).

Palavras-chave: Área Tributária , Classificação , Tributação

A pesquisa na área tributária traz uma nova perspectiva de estudar e analisar as questões sobre tributos. Assim, este estudo tem como objetivo identificar quais os temas abordados no campo da pesquisa científica da área tributária nos periódicos qualificados pela Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A amostra dessa pesquisa é composta por 65 artigos relativos à área tributária publicados nos periódicos citados anteriormente. A pesquisa se caracteriza como descritiva e os dados foram coletados diretamente nos sites dos periódicos. A abordagem é qualitativa, pois visa analisar os artigos e classificá-los de acordo com sua temática tributária. Através disso, os resultados mostram um crescimento nas publicações na área tributária, sendo identificadas 09 (nove) áreas temáticas, sendo as mais estudadas: impacto dos tributos, pesquisa legal, e auditoria e gestão pública. No que se refere às abordagens metodológicas utilizadas nos artigos analisados, destacaram-se: analítico, arquivo/documental e caso. Neste contexto, o estudo contribui para identificação de temas estudados ao longo dos anos e possíveis lacunas de pesquisas na área tributária.

ANEXOS – INFOGRÁFICOS





TRABALHO PROFA IVETE -

Sistema de Avaliação: O aluno deverá escrever o seu projeto de dissertação. Sendo qualitativo, será corrigido pela professora de métodos qualitativos. Sendo quantitativo, pelo professor de métodos quantitativos. A nota valerá para ambas as disciplinas.

O projeto deverá ter, minimamente, as seguintes informações:

- 1) Contextualização do problema a ser abordado na dissertação.
- 2) Questão de pesquisa.
- 3) Objetivos geral e específico
- 4) Método e procedimentos
- 5) Estratégia de análise dos dados.

Seção 1. Introdução: texto apresentando o contexto e o problema a ser investigado e as justificativas de estudo.

Qual sua pergunta de pesquisa?

Qual seu objetivo geral?

Quais seus objetivos específicos?

Seção 2. Fundamentação

- Sumário Executivo do que você acha que vai escrever na Fundamentação ou até mesmo apresentar o que você já estudou.
- Apresente um desenho do modelo de pesquisa (relação pretendida entre constructos) e faça uma breve explicação dele.
- Caso você vá utilizar proposições teóricas, apresente e explique cada uma delas. Você pode fazer uma matriz de amarração conceitual.

Seção 3. Método

Nessa seção você deve descrever como vai ser a pesquisa de campo. Suas escolhas metodológicas devem estar amparadas nas teorias relacionadas ao método qualitativo que você utilizará. Você deve colocar a parte teórica e depois explicar como você a colocará em prática na sua pesquisa. Utilize referências bibliográficas de livros/artigos e faça a aplicação da ABNT/APA.

3.1 Tipologia da Pesquisa

a). Abordagem

- Com base em referências bibliográficas explique o que é e para que serve a pesquisa aplicada. Explique por que você vai adotar essa abordagem no seu estudo.

b) Natureza

- Com base em referências bibliográficas explique o que é e para que serve a pesquisa qualitativa (ou mista). Explique por que você vai adotar esse tipo de pesquisa em seu estudo.

c) Objetivos do Estudo

- Com base em referências bibliográficas, explique os diferentes tipos de objetivos de um estudo, sendo eles exploratório, descritivo ou explicativo.
- Indique em qual objetivo o seu estudo se enquadra e por quê.

3.2 Método de Pesquisa

a) Indique qual método de pesquisa qualitativa você vai usar.

- Com base em referências bibliográficas explique as características desse método.
 - Explique por que esse método é o mais adequado para seu estudo. Ou seja, qual a justificativa para utilização desse método.

3.2.1 Procedimentos e técnicas de coleta dos dados

Esses procedimentos podem variar em função do método de pesquisa qualitativa escolhido. Mas, em geral, devem conter:

a). Unidade(s) de coleta de dados

- a) • Com base em referências bibliográficas explique quais são as unidades de coleta de dados em estudos qualitativos (empresas, grupos, indivíduos etc.).
- Explique quais serão suas unidades de coleta de dados e o motivo de escolha delas.

b) Tipos de dados

- Com base em referências bibliográficas, explique quais são os tipos de dados em pesquisa qualitativa (dados secundários e dados primários).
- Informe quais tipos de dados você coletará na sua pesquisa de campo e explique a importância de cada um deles para a composição do seu estudo.

c) Técnicas de coleta de dados

- Com base em referências bibliográficas, explique quais são as técnicas de coleta de dados utilizadas em pesquisa qualitativa (entrevistas e seus diferentes tipos, observação, grupo focal etc.).
- Informe quais técnicas de coleta de dados você utilizará para coletar os dados em sua pesquisa de campo. Explique como você utilizará cada um deles.
- Informe como os dados serão registrados (notas de campo, gravação etc.).

d) Informantes-chave: pessoas mais adequadas para responder as questões formuladas.

- Com base em referências bibliográficas, explique qual a importância dos informantes (entrevistados, por exemplo) em pesquisa qualitativa.
- Informe quais serão seus informantes-chave e a razão da escolha deles. Não há necessidade de informar nomes de pessoas, mas sim os perfis de cada informante.

e) Protocolo de pesquisa

- Com base em referências bibliográficas, explique o que é um protocolo de pesquisa e qual sua importância em pesquisas qualitativas.
- Apresente e explique o seu protocolo de pesquisa. Pode ser a sua matriz de amarração metodológica.

3.2.2 Procedimentos e técnicas de análise de dados

Esses procedimentos podem variar em função do método de pesquisa qualitativa escolhido. Mas, em geral, devem conter:

a). Compilação dos dados

- Com base em referências bibliográficas, explique o que é compilação de dados.
- Apresente e explique como você fará a compilação de seus dados na prática.

b) Decomposição dos dados:

- Com base em referências bibliográficas, explique o que é decomposição de dados.
- Informe como será a decomposição dos seus dados na prática.
- Informe se você utilizará algum software de apoio ou não. Justifique sua escolha.

c) Análise dos dados:

- Com base em referências bibliográficas, explique quais são as técnicas de análise de dados (análise de narrativa (ou de discurso), análise de conteúdo etc.).
- Informe a técnica escolhida e como você pretende utilizá-la na prática.

Janaina Macke, 2010

Pesquisa-ação

“É uma estratégia de condução de pesquisa aplicada de natureza participativa. A pesquisa aplicada deve preocupar-se com a elaboração de diagnóstico, a identificação de problemas e a solução dos mesmos, exigindo:

... conhecimentos, métodos, e técnicas que são bastantes diferentes dos recursos intelectuais mobilizados em pesquisa básica. Em particular, são exigidas maiores habilidades de comunicação e trato com pessoas e grupos. (Thiollent, 1997, p. 49)

Sendo a pesquisa-ação uma concepção de pesquisa e intervenção em determinados setores de atuação social, junto aos atores significativos em processos de mudança, a mesma busca alcançar dois grandes objetivos:

- a) o objetivo de descrição, segundo o qual a situação-problema é descrita com base em verbalizações dos diferentes autores em suas linguagens próprias;
- b) o objetivo de intervenção, que aponta que os conhecimentos derivados das inferências são inseridos na elaboração de estratégias ou ações (Thiollent, 1977)

A pesquisa-ação pode ser definida como uma estratégia de condução de pesquisa qualitativa voltada para a busca de solução coletiva a determinada situação-problema, dentro de um processo de mudança planejada.

Esta estratégia contempla, simultaneamente, processos de pesquisa e de intervenção (ação), os quais emergem da participação efetiva dos atores envolvidos e do pesquisador.

- e) Fase exploratória – quando é feito o diagnóstico para identificar os problemas, as capacidades de ação e de intervenção na organização
- f) Fase de pesquisa aprofundada – quando é feita a coleta de dados;
- g) fase de ação – quando ocorre o planejamento e a execução das ações, levantadas a partir das discussões com as equipes participantes do projeto; e
- h) fase de avaliação - responsável pelo resgate do conhecimento obtido (feedback) e possível redirecionamento das ações. (Macke, 2010)

Além disso, a pesquisa-ação não se propõe a resolver conflitos sociais profundos, isto é, aqueles cuja solução depende de ações de longo prazo. Geralmente, ela só procura resolver conflitos mais delimitados, com ações concretas de curto e médio prazos. (Macke, 2010) 214

O mais importante na pesquisa-ação não se encontra uma solução ótima, como ocorre em outros métodos e em grande parte das atividades de intervenção profissional, mas conseguir o compromisso com a mudança a ser feita. Além disso, como já destacamos, existe uma meta bem maior do que o resultado prático da intervenção, que é a geração e a estruturação do conhecimento. 226

Inicialmente, partiu-se para a definição do referencial conceitual. A função do referencial conceitual (teórico) é orientar o processo de mudança na organização, ou seja, a partir deste referencial são definidos dois pontos-chaves: o que constitui uma situação de mudança e como medir essa mudança. Conforme já explicitado, o caráter dinâmico da pesquisa-ação pode acrescentar novos elementos ao referencial teórico. Esta dinamicidade, porém, não exige o pesquisador de definir um referencial teórico logo no início da pesquisa. 229

LEVANTAMENTO

Valor de processos em estoque no Carf aumenta R\$ 177 bilhões em 2021

Aumento do valor de estoque deve-se ao fato de o Conselho estar julgando de forma virtual ações de menor monta

•
03/12/2021 07:00

A realização de sessões virtuais no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) em razão da pandemia teve suas consequências. Os valores dos processos em estoque passaram de R\$ 764 bilhões para R\$ 941 bilhões, um aumento de quase R\$ 177 bilhões entre dezembro de 2020 e setembro de 2021. Os **dados** foram divulgados pelo tribunal na aba “dados abertos” de seu site.

O levantamento mostra ainda uma redução do uso do voto de qualidade, a diminuição do tempo médio para julgamento pelas turmas e a concentração de valores em poucos casos.

Conselheiros e advogados ouvidos pelo **JOTA** atribuem o aumento do valor de estoque, entre outros fatores, ao fato de o Carf estar julgando de forma virtual apenas processos de menor monta. No início da pandemia, as pautas do conselho para sessões virtuais foram formadas por processos de até R\$ 8 milhões. A partir de abril, foram incluídos casos com um limite de R\$ 36 milhões.

“Por mais que o valor de alçada tenha sido sistematicamente aumentado no decorrer da pandemia, os processos mais caros permanecem de fora da sistemática das reuniões virtuais, aguardando a retomada dos julgamentos presenciais”, afirmou a conselheira Thais De Laurentiis. Ou seja, quanto mais

tempo passa, mais processos de grande valor entram e se acumulam por estarem fora do limite para julgamento virtual.

Ao **JOTA**, um professor de Direito Tributário avaliou que, além dos limites, os valores podem ter sofrido aumento em razão da pauta tributária do Supremo Tribunal Federal (**STF**) nos últimos anos, o que gera um aumento de contencioso administrativo. Um exemplo é a modulação do entendimento sobre a inconstitucional da inclusão do **ICMS** na base de cálculo do **PIS e da Cofins**, que fez com que muitos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP) que estavam na DRJ chegassem ao Carf.

Os dados divulgados pelo Carf também demonstram que, no conselho, os valores estão concentrados em poucos processos. Em setembro, 134 processos em estoque representavam R\$ 385 bilhões, cerca de 51 mil processos tinham valores entre R\$ 66 mil e R\$ 15 milhões, e 38 mil processos estavam abaixo de R\$ 66 mil.

A partir de janeiro do ano que vem, com o retorno das sessões presenciais, os conselheiros acreditam que a tendência é que os valores dos processos em estoque sejam reduzidos.

Tempo médio de espera reduzido

O tempo médio para julgamento pelas turmas foi reduzido, de acordo com os dados divulgados pelo Carf. Entre setembro de 2020 e o mesmo mês de 2021, houve uma redução de pouco mais de 200 dias para o julgamento dos processos nas turmas ordinárias. Já na Câmara Superior, a redução foi de 74 dias. O palpite de um conselheiro consultado é de que o tempo tenha sido

reduzido em razão do julgamento dos processos de menor valor, que levam menos tempo para serem indicados e pautados.

Já o conselheiro Laércio Cruz Uliana Junior, diretor da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no Carf (Aconcarf), explica que o tempo médio dos processos que chegam ao Carf tem sido reduzido em razão de novos mecanismos adotados a partir de 2015. “Em um primeiro momento foi implementado o recurso repetitivo, dando maior volume aos julgamentos, e os processos tendem a ser distribuídos com temáticas semelhantes, dando maior celeridade em debates”, explica.

Por outro lado, outros conselheiros afirmam que os processos são **pautados em horas**, e não em números, como anteriormente. Hoje em dia, a Receita Federal faz a classificação das horas que um processo levaria para ser julgado, porém, para os julgadores, tem preenchido incorretamente os formulários atribuindo uma carga horária menor, fazendo com que mais processos sejam pautados dentro do mesmo dia, o que pode explicar a redução do tempo dos julgamentos na teoria. Já na prática, os conselheiros estão julgando mais, precisando adiar alguns casos e, ainda, passando do horário para concluir a pauta.

Tipos de votação no Carf

Os dados divulgados também demonstram que o uso do voto de qualidade ficou estável entre 2020 e 2021. Na comparação deste ano com 2019, porém, houve uma queda de 5,3% para 1,9%. Para Breno Vasconcelos, pesquisador, professor no Insper e na FGV-SP e sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados, a redução dos votos de qualidade pode se dar em razão da exclusão dos processos de maior valor em sessões virtuais, já que,

de acordo com uma [pesquisa do Insper](#), os votos de qualidade se concentram nesses casos.

A redução também pode estar associada à utilização do desempate pró-contribuinte, instituído pela Lei 13.988, de abril de 2020, e utilizado em 1,6% dos casos entre janeiro e setembro de 2021. Em 2020 o mecanismo foi utilizado em 0,4% dos casos.

Os votos por maioria saíram de 9,1%, em 2020 para 15,1% em 2021. Já os votos por unanimidade ficaram em 81,4%, frente a 88,7% no ano passado.

MARIANA RIBAS – Repórter em São Paulo. Jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Antes, estagiou no JOTA e na Revista Aventuras na História. Email: mariana.ribas@jota.info

Como o princípio de transparência tributária afeta as empresas?

Diante de alta complexidade tributária, companhias devem construir ambiente corporativo transparente

•
28/12/2021 05:19

Você sabia que o princípio da transparência tributária está presente na Constituição Federal Brasileira? Conforme o artigo 150, inciso 5º, “a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços”.

Tal princípio, como direito por parte do contribuinte, representa uma forma de se saber o que está sendo cobrado pelo governo, como os tributos estão sendo arrecadados e posteriormente destinados, de maneira que se tenha uma compreensão maior acerca de tais atividades e se possa cobrar melhorias em serviços de natureza pública.

No entanto, mais de três décadas após a promulgação do documento, este princípio ainda é nebuloso para muitas empresas, em um cenário de imensa complexidade. São inúmeros os tributos que podem incidir sobre produtos e serviços – ICMS, ISS, PIS/Cofins, IPI, entre muitos outros –, o que pode tornar boa parte das atividades fiscais pouco claras.

Assim, torna-se importante e essencial que as empresas direcionem parte de seus esforços em atividades que contemplem uma revisão fiscal tributária rigorosa, não apenas pela sua própria segurança, mas também pensando em seu público consumidor.

Mas isso não é um trabalho simples. Hoje, a alta carga tributária exige das organizações muita dedicação e tempo de trabalho empenhado em termos de responsabilidade fiscal. No [ranking geral do Doing Business](#) – que avalia

o ambiente regulatório, sua aplicação e a facilidade de se fazer negócios no país –, o Brasil ocupa a 124ª posição entre 190 nações de todo o mundo. Além disso, o país é o que mais gasta horas para pagamento de impostos, com 1501 horas por ano, número cinco vezes maior em comparação com a média da América Latina, que despende 317,1 horas anuais em atividades dessa natureza.

Organização, estratégia e compliance

Dentro desse cenário, é necessário que as empresas se organizem e estejam com seus processos fiscais e tributários atualizados de maneira recorrente, visto que a legislação e cobranças do gênero podem sofrer alterações ao longo do tempo. Isso permite que as companhias tenham visibilidade em relação ao pagamento de impostos, quitando suas obrigações tributárias e se prevenindo de notificações e penalidades por parte do Fisco.

Além disso, estabelecer um equilíbrio na carga fiscal da empresa, atribuindo transparência aos processos, possibilita, por exemplo, um grau maior na busca por investimentos, resultando em uma melhor e mais eficiente atividade empresarial.

Neste sentido, criar parâmetros e políticas de compliance fiscal – amparados por uma estrutura e equipe próprias da área – também se apresenta como uma opção interessante às organizações, de maneira que os times e profissionais envolvidos possam trabalhar de acordo com as responsabilidades tributárias do negócio. Isso envolve atividades como o controle e monitoramento de entregas das obrigações fiscais, organização e armazenamento de documentos, padronização de processos, entre outras. Claramente, estabelecer tais práticas demanda preparação por parte de uma empresa, tanto em questão de recursos humanos e suporte especializado

externo, quanto em relação à cultura organizacional da companhia, que deve ser guiada por valores que contemplem a Ética e Moral.

Em muitas empresas, políticas de compliance ainda são vistas como um ônus, um encargo desnecessário que apenas aumenta os custos relacionados a processos, mas a verdade é que estamos falando de uma atividade estratégica para o negócio – sobretudo diante da alta complexidade tributária de um país como o Brasil. Em suma, mudar essa cultura é um dever das lideranças e é fundamental para a sobrevivência de seus negócios a longo prazo!

ROBERTO CARDONE – Sócio na FNCA Advogados. Formado em Direito, o executivo possui mais 20 anos de experiência no ramo jurídico, com especialização em direito tributário e foco no suporte às empresas e atividades de consultoria, administração e gestão empresarial.